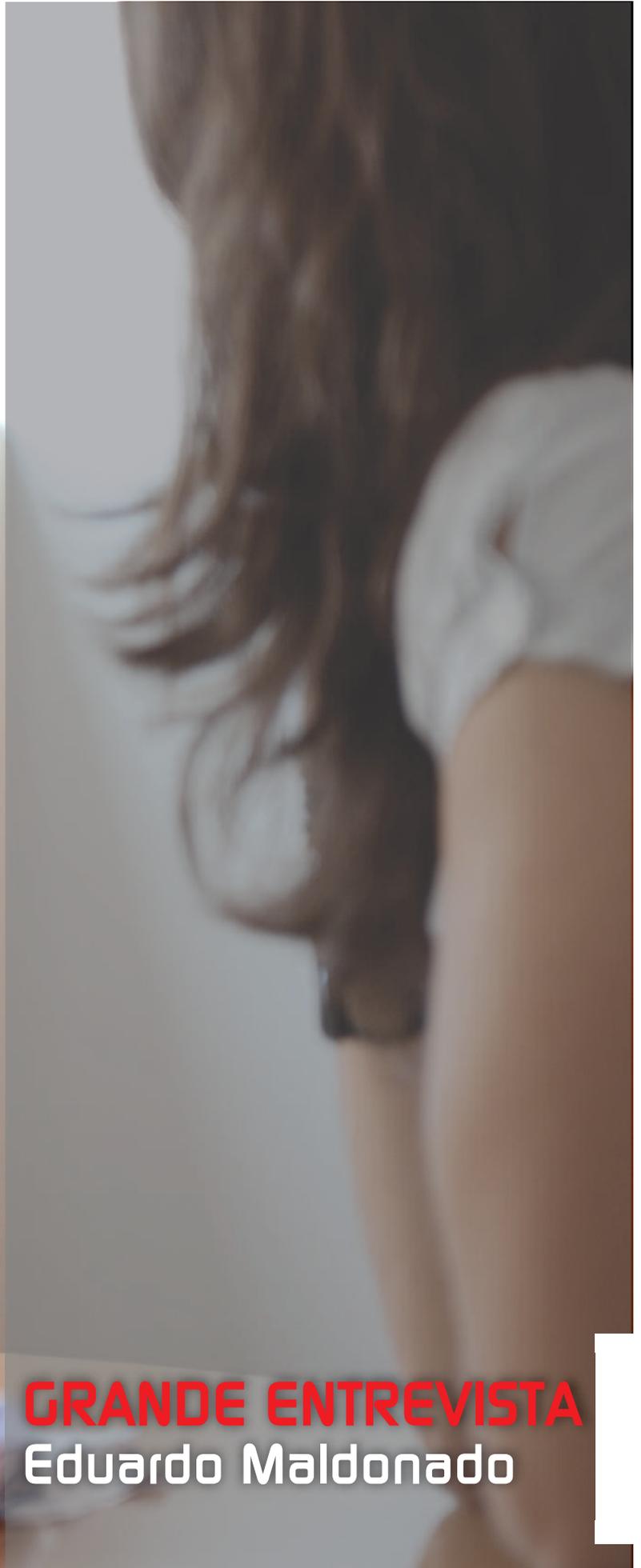




«A eficiência energética tem grande viabilidade económica em termos de investimentos»



GRANDE ENTREVISTA
Eduardo Maldonado

«A Parque Escolar devia ter apostado mais na concepção dos edifícios em termos arquitectónicos»

Eduardo Maldonado, um dos responsáveis pelas leis de certificação energética e da Qualidade do Ar Interior em edifícios publicados em 2006 em Portugal, afirma que «estamos muito longe dos edifícios com necessidades nulas de energia em 2020», e «isso vai obrigar a um trabalho enorme». Perante a crise económica que atinge o País, defende que ao nível da Construção e do AVAC é essencial «apostar nesta fase, em que não temos mercado interno de procura suficiente, noutros mercados, como o africano e o brasileiro». O Professor Catedrático no Departamento de Engenharia Mecânica Faculdade de Engenharia do Porto considera ainda que «a reabilitação urbana é uma saída para a indústria da Construção mas não vai ser uma solução para a da Climatização nem do Ar Condicionado».

Entrevista_Ana Clara | Fotos_Tiago Silva

O INSTALADOR – COMO OLHA PARA A POLÍTICA ENERGÉTICA DO PAÍS E PARA A FORMA COMO EVOLUIU NA ÚLTIMA DÉCADA?

Eduardo Maldonado – A política energética do País devia estar mais voltada para a eficiência energética, que é onde reside o nosso principal problema, passando pela aposta nas renováveis, que é correcta, e que tem sido constante na última década. Foi uma aposta importante e penso que é para continuar, pelo menos tem sido essa a vontade dos Governos nos últimos anos, e tem de ser do actual também. A aposta na eficiência energética, do lado da procura, é um assunto muito mais difícil de abordar. As políticas nesse sentido ainda não começaram a dar resultados significativos.

PORQUÊ?

Porque têm havido muitas mudanças. Por exemplo, houve incentivos aos colectores solares e, ao fim de um ano, acabaram. Houve incentivos aos isolamentos e a todas as outras medidas de eficiência nos edifícios e acabaram no fim do primeiro ano. Não há uma política de continuidade que permita às pessoas planear a tempo.

E É ASSIM TÃO DIFÍCIL TER UMA POLÍTICA DE CONTINUIDADE NUM SECTOR TÃO ESTRATÉGICO E PRIORITÁRIO COMO ESTE?

Penso que neste momento o problema é mais de natureza orçamental. Com as dificuldades que estamos a atravessar, a retracção é enorme.

TEME QUE O PROBLEMA SE AGRAVE AINDA MAIS COM AS RESTRIÇÕES ECONÓMICAS QUE O PAÍS VIVE? E QUE IMPACTO É QUE ISSO PODE TER NO CAMPO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS?

Claro que temo que se agrave. A eficiência energética implica investimento, e alguém tem de pagar as melhorias que fizemos nos edifícios. Se por um lado, a população em geral, está

mais limitada financeiramente, com cortes de vencimentos, mais desemprego e mais impostos, é natural que as pessoas não tenham disponibilidade financeira para fazer esses investimentos. Estas políticas, em todos os países, só funcionam, normalmente, com incentivos do Estado, seja através de incentivos nos impostos ou subsídios a fundo perdido.

COMO É QUE O SECTOR PODE LIDAR COM A FALTA DE INVESTIMENTO MAS AO MESMO TEMPO CUMPRIR OS OBJECTIVOS DA NOVA DIRECTIVA PARA O PERÍODO 2012-2020, NO QUE DIZ RESPEITO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS?

Aquilo que a Directiva diz é que os Estados-membros devem oferecer incentivos. E para tal, a Comissão Europeia aponta como uma das soluções possíveis a utilização dos fundos comunitários (Fundos Estruturais).

JÁ HÁ VERBAS CONCRETAS EM RELAÇÃO AOS VALORES QUE CADA ESTADO-MEMBRO IRÁ RECEBER?

Não. Cada Estado-membro tem de fazer um levantamento, este ano ainda, de todas as políticas de incentivo e apoios à eficiência energética existentes e planeadas, para que Bruxelas possa decidir se são suficientes ou se são necessárias medidas adicionais em cada país. Estamos, portanto, ainda na fase de diagnóstico.

PRÓ-ACTIVIDADE NA REABILITAÇÃO

ESTA DIRECTIVA, AMBICIOSA E NECESSÁRIA, VEM REVOLUCIONAR TODO O CONCEITO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PORTUGAL TEVE ATÉ AGORA?

Não muda nada em termos de política de eficiência energética. Apenas obriga os Estados-membros a tomarem medidas pró-activas no sentido de facilitar e promover a reabilitação dos edifícios existentes. Há a perfeita consciência de que isto requer fundos avultados. Em 2020, mais



de 90% dos edifícios que existirão já estão construídos hoje. É sobre esses que a Directiva quer que os Estados-membros ofereçam condições e promovam planos para reabilitar uma percentagem significativa.

O QUE É UMA PERCENTAGEM SIGNIFICATIVA?

Neste momento, na proposta da Directiva de Eficiência Energética que está a ser discutida em Bruxelas, a Comissão Europeia aponta para um número de 3% de área construída para edifícios públicos ao ano. O que significa que, em sete anos – 2013/2020 – 25% do parque construído deveria ser reabilitado. É um investimento gigantesco.

QUAIS VÃO SER AS PRINCIPAIS DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DESTA DIRECTIVA, NOMEADAMENTE NO QUE

RESPEITA AOS EDIFÍCIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS?

Para já, não se está sequer a implementar a Directiva antiga, que obrigava os edifícios públicos com mais de 1000 m² a terem já, pelo menos, um certificado energético. É um trabalho que ainda não foi feito e urge completar. Já devíamos ter todos os edifícios públicos com mais de 1000 m² com certificado e com um estudo prévio de medidas de melhoria com viabilidade económica que pudessem ser implementadas. Isso dar-nos-ia uma ideia do investimento necessário, do que seria preciso fazer e programar a sua implementação.

QUEM E O QUÊ FALHOU, O ESTADO?

O Estado, sem dúvida. Houve muitos alertas para quem está encarregado do sistema de certificação energética. A ADENE como entidade gestora e os ministérios que estão encar-

« Em 2020, mais de 90% dos edifícios que existirão já estão construídos hoje. É sobre esses que a Directiva quer que os Estados-membros ofereçam condições e promovam planos para reabilitar uma percentagem significativa. »

regues de gerir o sistema, o Ministério da Economia, através da Direcção Geral de Energia e do INCI, e o Ministério do Ambiente, através da Agência para o Ambiente.

NOS ÚLTIMOS ANOS, A AGÊNCIA PARA A ENERGIA (ADENE) SEMPRE PASSOU A MENSAGEM DE QUE A CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA FOI E ESTÁ A SER UM SUCESSO. QUAIS TÊM SIDO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS COM QUE A ADENE SE TEM CONFRONTADO?

O Sistema de Certificação é um sucesso, não há dúvida nenhuma disso. Em termos europeus, não tenhamos a menor dúvida que a certificação energética em Portugal é um êxito se nos compararmos com outros países. Somos apontados como um exemplo, mas podemos sempre melhorar, obviamente.

EM TERMOS DA CERTIFICAÇÃO PROPRIAMENTE DITA, O QUE PODE SER MELHORADO NO TRABALHO DA ADENE?

Muitas coisas. A começar pela formação, que pode ser simplificada, tendo em conta que está num regime a duas fases com que eu nunca concordei, mas foi uma decisão política. Acho que bastava fazer tudo numa só fase, com um curso único, organizado pela ADENE. Reformular a formação de modo a torná-la mais eficaz, menos confusa e mais barata para todas as partes, poderia ajudar. Depois, a implementação também é importante. Penso que as pessoas, ao início, começaram com um pouco de medo de que não houvesse peritos em número suficiente e o mercado estrangulasse, com atrasos nos processos de licenciamento, e fizeram-se certas simplificações e fecharam-se os olhos a pormenores importantes.

COMO POR EXEMPLO?

Não exigiram logo que o perito fosse fazer a visita a todos os edifícios, não se exigiu que existissem sempre medidas de melhoria nos certificados, por exemplo. E isso, a certa altura, tornou-se um hábito e foi interiorizado por muitos peritos e empresas de certificação. E quando foi preciso reverter a situação para a situação correcta, com visitas aos edifícios e com medidas de melhoria indicadas nos Certificados, foi difícil. E ainda o está a ser.

FORMAÇÃO DOS PERITOS

A FORMAÇÃO DOS PERITOS É FUNDAMENTAL.

Sem dúvida, não só técnica mas também ética e comercial. Entrou-se na questão dos custos dos certificados. Assim como na nova Directiva vamos à procura dos edifícios de necessidades quase nulas, neste momento temos certificados de custo quase nulo. E assim não é possível fazê-los com boa qualidade.

E NO CAMPO DA FISCALIZAÇÃO, COMO TÊM CORRIDO AS COISAS?

Esse é outro aspecto onde ainda há muito por fazer. Sempre foi minha convicção que devíamos começar por uma fiscalização mais pedagógica do que punitiva. Houve um erro, que a ADENE penso que já reconheceu, porque realmente se entrou por uma fase punitiva logo à partida, mesmo na base de pequenos enganos de detalhe sem qualquer importância. Não foi suficientemente pedagógica, era uma coisa nova e é normal que as pessoas cometessem erros.

COMO É QUE OLHA PARA A IDEIA DA ADENE, EXPOSTA NAS JORNADAS DA CLIMATIZAÇÃO, QUE DECORRERAM EM OUTUBRO, NA ORDEM DOS ENGENHEIROS, E QUE

PASSA POR JUNTAR, NUM DOCUMENTO ÚNICO, OS TRÊS REGULAMENTOS EXISTENTES: O REGULAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DE COMPORTAMENTO TÉRMICO DOS EDIFÍCIOS (RCCTE), O REGULAMENTO DOS SISTEMAS ENERGÉTICOS DE CLIMATIZAÇÃO EM EDIFÍCIOS (RSECE) E O SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA E DA QUALIDADE DO AR INTERIOR EM EDIFÍCIOS (SCE)?

Nunca vi problema em passarem a um documento único. O documento único tem a vantagem de anexar certos anexos comuns. Por outro lado, no último pacote aprovado, foram três decretos e também não houve problema nenhum. Do ponto de vista formal, qualquer uma das soluções é boa.

MAS QUAL PODE SER A VANTAGEM EM TERMOS DA EFICÁCIA DA REGULAMENTAÇÃO?

É indiferente. Acho que não tem influência sendo um ou três decretos. A única coisa que pode complicar é que quem trabalhe só com edifícios de habitação, que trabalha só com o RCCTE, e agora vai ter um documento muito mais extenso em que uma grande parte não lhe interessa para nada.

COMO ESTÁ A DECORRER O TRABALHO DAS COMISSÕES TÉCNICAS QUE ESTÃO A PREPARAR A DIRECTIVA E CUJO TRABALHO TEM DE ESTAR CONCLUÍDO ATÉ AO FINAL DO ANO?

Houve muita discussão. O actual regulamento foi feito por uma Comissão que envolveu 30 pessoas, para fazer o RCCTE, o RSECE e o SCE. Neste momento a ADENE tem cinco grupos, cada um deles com mais 20 pessoas. É um sinal de abertura e acho que é positivo.

MAS NÃO PODEMOS PERDER ESTA OPORTUNIDADE.

Não, não podemos. Estamos ainda muito longe dos edifícios com necessidades nulas em 2020, e isso vai obrigar a um trabalho muito grande. É preciso fazer uma transição gradual.

CONSEGUIU-SE MUDAR MENTALIDADES EM RELAÇÃO A ESTA QUESTÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS?

Há 20 anos não se falava sequer de isolamento e colocou-se toda a gente a falar de comportamento térmico de edifícios na década de 90 do último século. Hoje em dia todos os projec-



tistas estão perfeitamente conscientes do que falamos, isolamentos e outros temas importantes.

E O SECTOR CONSEGUE PASSAR A MENSAGEM PARA A SOCIEDADE?

Não está a conseguir porque as pessoas não são muito sensíveis a isso e temos um clima que não nos obriga a grandes cuidados para sobreviver. As nossas necessidades são muito pequenas. Ainda temos que decidir o que é para nós um edifício com necessidades quase nulas, até onde evoluir do que é hoje a construção habitual.

E QUE EDIFÍCIO É ESSE?

Eu também não sei ainda responder, mas sei que é um edifício melhor do que temos hoje. Melhor isolado para o Inverno e mais bem protegido do Sol no Verão, com sistemas técnicos mais eficientes. E é isto que este novo regulamento tem de fazer, ou seja, aumentar gradualmente os requisitos de qualidade na construção, quer no edifício propriamente dito quer nos seus sistemas energéticos convencionais para aquecimento, arrefecimento, iluminação e preparação de água quente.

RENOVÁVEIS

FALANDO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS. FOI UMA ÁREA ONDE AS-

SISTIMOS A UMA REVOLUÇÃO INÉDITA NA ÚLTIMA DÉCADA?

Sem dúvida, basta olhar para a água quente solar, em que o mercado disparou. Primeiro, porque é obrigatório. Mas penso que as pessoas já entenderam que essa obrigatoriedade compensa. Por outro lado, a aposta nos sistemas fotovoltaicos para produção de sistemas de micro e mini-geração levou a que os preços baixassem significativamente nos últimos anos. Por exemplo, a energia eólica, que era caríssima, está hoje praticamente ao preço da convencional. Estamos com uma nova filosofia de energia, a caminho de uma era em que as renováveis serão o convencional.

TEME A FALTA DE INCENTIVOS?

Os incentivos só são necessários quando se lançam os novos sistemas. Têm de ser sempre algo de transitório, até atingir os objectivos. Mas, sem eles, é difícil mudar de paradigma.

NAS EÓLICAS, ESTAMOS COM EXCESSO DE PRODUÇÃO?

Se alguém investiu em energias renováveis em grande quantidade é porque elas têm viabilidade. Se pensarmos naquilo que é produzir energia renovável – seja de que natureza for – em substituição de importações de petróleo e gás natural, só isso, em termos da balança económica nacional, é extremamente importante.

COMO ANALISA O PLANO NACIONAL DE BARRAGENS EM TERMOS DA SUA SUSTENTABILIDADE?

Não quero discutir a questão de custos, porque desconheço-a no detalhe. Em termos filosóficos, se temos energia hídrica aproveitável, devemos fazê-lo. É evidente que uma barragem tem impactos, há zonas que ficam debaixo de água. Mas as eólicas e as centrais ditas convencionais a gás natural ou carvão também têm outros impactos.

QUE IMPACTO ESTA CRISE ECONÓMICA ESTÁ A TER NO SECTOR DA CLIMATIZAÇÃO?

Não havendo Construção, não há obra. Temos de apostar nesta fase em que não temos mercado interno de procura suficiente, noutros mercados, o africano e o brasileiro, por exemplo. Tentar vender serviços onde eles são necessários.

SENDO UM PERÍODO CÍCLICO O DA RETOMA ECONÓMICA AINDA VAI DEMORAR A RECUPERAÇÃO DO SECTOR?

Temo que demore muitos anos. As decisões de investimento dependem do clima económico. Neste momento há excesso de oferta de edifícios desocupados. Enquanto ela existir, pouca gente vai investir. O mercado nos últimos três anos

foi sustentado pelo plano de reabilitação de escolas, através da Parque Escolar, e de outras pequenas obras.

A REABILITAÇÃO URBANA PODE SER UMA SOLUÇÃO?

É uma saída para a indústria da Construção mas não vai ser uma saída para a da Climatização nem do Ar Condicionado.

PORQUÊ?

Porque a maior parte dos edifícios a reabilitar nos centros urbanos são de habitação, pequenos, e os sistemas que se vão instalar não vão exigir a intervenção da grande indústria da Climatização.

E NA ÓPTICA DOS EDIFÍCIOS DE SERVIÇOS?

Se houver, como se espera, um programa de reabilitação nos edifícios públicos – já não digo ao nível dos 3% que a Comissão Europeia pretende – mas nem que seja 1%, já seria bom. Se conseguíssemos ter meios para manter esse tipo de investimento – não só nas escolas mas também nas câmaras, museus, etc. – poderia manter-se o sector em actividade. Sem isso, só com o mercado privado, vai ser mais difícil. Houve um grande investimento recente em muitos hotéis, por exemplo, mas o mercado agora começa a retrair-se.

«Sempre foi minha convicção que devíamos começar por uma fiscalização mais pedagógica do que punitiva (na eficiência energética)»

A PARQUE ESCOLAR FOI UM PROJECTO IMPORTANTE, INDEPENDENTEMENTE DAS POLÉMICAS DERRAPAGENS CONHECIDAS?

Acho que sim. Mas a reabilitação das escolas foi fundamental, e tínhamos algumas em condições péssimas. Lembro-me de tempos em que os alunos faziam exames de casacos e luvas porque havia um frio insuportável nas salas. E não é possível que as crianças aprenderem nesse tipo de ambiente, e isso acontecia desde o ensino Básico ao Superior. Posso questionar o modo como foi feito. As nossas escolas antigas estavam concebidas no sentido de, pelo menos no Verão, não precisarem de Ar Condicionado, mas, por outro lado, não dispunham do aquecimento.

FOMOS ALÉM DO NECESSÁRIO?

Acho que a Parque Escolar devia ter apostado mais na concepção dos edifícios em termos arquitectónicos. Algumas reabilitações usaram e abusaram de conceitos arquitectónicos que implicaram aumento de necessidades de Climatização.

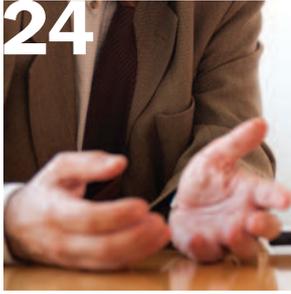
ISSO NÃO É BOM.

Acabou por colocar a Climatização e as próprias reabilitações no centro da polémica. O que aconteceu é que, se algumas escolas antigamente não precisavam de ar condicionado, algumas das que foram remodeladas pela Par-

que Escolar não conseguem sobreviver agora sem ele e isso cria uma necessidade permanente que vai onerar o futuro. Mas havia más condições de Qualidade de Ar Interior (QAI) e falta de aquecimento no inverno que era fundamental corrigir. E foi algo em que o Estado, e bem, no meu entender, decidiu apostar. E isso é fundamental. Há estudos científicos que provam que as condições de aprendizagem das crianças sujeitas a um nível fraco de QAI diminuem. E isso tem também implicações na saúde, como se sabe. Mas isso teve implicações de aumentos de custos de investimento e de funcionamento, como era de esperar. Só se pode surpreender quem não conhecer minimamente esta problemática.

QUE MENSAGEM DEIXA AOS NOSSOS LEITORES NESTES TEMPOS DE INCERTEZA PARA O PAÍS E PARA O SECTOR?

No meio de todas estas dificuldades financeiras, que são muito graves, espero que não se tomem medidas com consequências negativas para o futuro. Está mais que demonstrado que a eficiência energética tem grande viabilidade económica em termos de investimentos e deve portanto continuar a ser uma aposta prioritária. Eu penso que ainda o será em termos nacionais e espero que a situação orçamental difícil que atravessamos não leve à falta de continuidade destas políticas.



24 Eduardo Maldonado
Grande Entrevista



Grande Entrevista

Eduardo Maldonado

«A eficiência energética tem grande viabilidade económica em termos de investimentos»